



TERRITÓRIOS E DESTERRITORIALIDADES: O DIREITO À CIDADE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.

Bruna Massud de Lima

brunamassud@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Brasil

RESUMO: As transformações societárias vivenciadas no mundo acarretam profundas mudanças no território, com severas consequências aos diferentes grupos sociais. A conjuntura neoliberal, braço de uma mundialização nefasta, marcada pela intensificação da segregação e desigualdade territoriais, tendem a reduzir as possibilidades de vivenciar o território de modo igualitário. Diante o exposto, o presente estudo propõe-se a discutir o processo de violação do direito à cidade da população em situação de rua no Brasil. Para tanto, desenvolve-se a partir da análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, nisso, as implicações desse paradigma de (re)produção social para a forma com que se organiza o território urbano durante a história. Em um segundo momento, a discussão transitará, partindo da formação sócio-histórica brasileira e do conceito do direito à cidade, de que maneira esse o território vem sendo pensado, no que tange à garantia do direito à cidade na realidade contemporânea do país, sobretudo quando relacionado às políticas sociais urbanas instituídas em uma conjuntura de crise econômica do capital. Por fim, o estudo se volta para a discussão sobre as condições de origem e reprodução do fenômeno população em situação de rua, bem como às suas características gerais e violações vivenciadas no âmbito do direito à cidade no Brasil e mais especificamente na cidade de Natal/RN. Com base na Teoria Social Crítica, o trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de registros de materiais obtidos nos encontros e reuniões realizados pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN (CRDH/UFRN) em parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR); Projeto "Direitos Humanos e População em Situação de Rua: A vida pode mais?" e do Fórum Potiguar da População em Situação de Rua, ocorridos entre 2013 e 2014; e nos estágios realizados entre 2009 e 2011 no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e na Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE). Ademais, para a análise que se pretende qualitativa, foram realizadas a observação participante, conversas informais nos encontros e reuniões em que se fez presença, e entrevistas semiestruturadas com profissionais e militantes que trabalham com a temática em questão, além da própria população em situação de rua. Assim, a partir do território circunscrito na análise, realizou-se uma caracterização dessa população, considerando seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, apreendendo assim, quais os principais direitos dessa população que vêm sendo violados, e problematizando o papel do Estado no âmbito do direito à cidade; como também se identificou e analisou-se a existência de formas de resistência e organização dessa população, no que se refere à luta pela garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Território; Direito à cidade; População em Situação de Rua.

ABSTRACT: Societal transformation experienced in the world result in deep changes in the territory, with severe consequences to different social groups. The neoliberal conjuncture, segment of an adverse globalization, marked by intensification of segregation and territorial inequality, tend to decrease the possibilities of experiencing the territory equally. Thus, the present study aims to discuss the process of infringement of Right to the City of population in street situation. In order to do that, it is developed from the analysis of the development of capitalist mode of production and consequently the implications of this paradigm of social (re)production to the way the urban territory is organized during history. In a second moment, from the Brazilian social-historical formation and the definition on Right to the City, the discussion will change to how this territory has been thought in relation to the guarantee of the right to the city in the contemporary reality of the country. Especially when it is related to urban social policies established in an economic crisis context. Lastly, the study discusses not only both conditions of origin and reproduction of street population but also its general features and violations experienced within the right of the city in Brazil, more specifically in Natal, Rio Grande do Norte. Based on Critical Social Theory, this work was performed by both bibliographical and documental research as well as by using the material records obtained from the meetings held by the Human Rights Reference Center at Federal University of Rio Grande do Norte (CRDH/UFRN) in partnership with the National Movement of Street Population (MNPR); from the "Human Rights and Street Population: Can life be any better?" project and Potiguar Forum of Street Population, occurred between 2013 and 2014; and from the internships completed between 2009 and 2011 at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) and at Municipal Secretary of Dwelling, Land Regularization and Infrastructure Projects (SEHARPE). Moreover, to do the qualitative analysis, it was performed participant observation, informal conversations in the meetings and semi-structured interview with professional and activists who work with the topic in question besides the street population itself. Thus, from the limited territory in the analysis, it was performed a characterization of this population regarding its economic, political, social and cultural aspects, understanding therefore not only what are the main rights of this population which have been violated but also questioning the State's role within the scope of the Right to the City. It was also identified and analyzed the existence of both resistance and organization forms of this population as regards fight for the guarantee of theirs rights.

Keywords: Territory; Right to the City; Street Population.

1. INTRODUÇÃO

Deve-se compreender o território como objetivação multidimensional da apropriação social do espaço, onde se estabelecem manifestações/realização das relações de poder entre os vários grupos sociais e instituições (HAESBAERT, 2007; ANDRADE, 1996). Representa assim, enquanto categoria de análise o *território usado*: é, nesse sentido, o chão mais a identidade criada, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, que surge a partir da apropriação do espaço, sendo transformado historicamente (SANTOS, 2006).

Por outro lado, a *desterritorialização* ou desterritorialidade para “é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” (CORRÊA, 1996, p. 252). As desigualdades socioespaciais retomam a análise a respeito da transformação do espaço em mercadoria, que o modela de acordo com os interesses econômicos, em que “a deterioração de determinados territórios urbanos e a valorização de outros respondem a uma conjunção de interesses que buscam a captação de renda imobiliária e do lucro de construção” (MARICATO, 2002, p. 134).

Partindo desses pressupostos, o interesse da análise em tela parte da possibilidade de desvelar os elementos estruturais que determinam, no contexto do modo de produção capitalista e na sua vigência atual, o surgimento e complexificação do fenômeno população em situação de rua no território brasileiro. A trajetória que justifica a escolha pela análise parte da avaliação de sua relevância no processo de formação acadêmico-profissional do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, sendo produto expresso da dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, intitulada “‘Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir’: direito à cidade e população em situação de rua em Natal/RN.”

Nessa medida, a partir do território circunscrito, mais especificamente nos bairros de Cidade Alta e Ribeira, centro de Natal, pretende-se a caracterização e análise do perfil constitutivo dessa população, no que se referem aos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, objetivando-se apreender quais os principais direitos que vêm sendo violados, problematizando também o papel do Estado no âmbito do direito à cidade, no que diz respeito às políticas sociais voltadas para a população em situação de rua; como, também, identificar e analisar a existência de formas de resistência e organização dessa população, no

que se refere à luta pela garantia de seus direitos, na medida em que a cidade é marcada não apenas pelas desigualdades, mas também por uma dinâmica de embate entre a manutenção da ordem e sua contestação.

Com esses objetivos, foi oportunizada a construção de uma investigação que se propõe, a partir de seus resultados, contribuir com uma perspectiva de análise que pensa a cidade contemporânea imersa em uma totalidade social, compreendendo-a sob um ponto de vista sócio-histórico, uma vez que é construção humana, que se apresenta em paradigmas de organização diferenciados de ocupação do espaço urbano: seu acesso é mediado pelos ditames mercadológicos assentados na propriedade privada, que quer dizer “é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias” (IASI, 2013 p. 41), cenário que se recrudescer em um contexto de crise do capitalismo neoliberal.

2. MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Pode-se afirmar que essa pesquisa fundamentou-se na Teoria Social Crítica como norteadora da construção desse estudo, uma vez que essa parte de uma compreensão da totalidade, sendo assim possível desenvolver uma investigação que objetiva saturar o objeto em suas determinações concretas, analisando as contradições da realidade e os traços gerais do desenvolvimento da sociedade capitalista (RICHARDSON, 1999).

A escolha do referido método de análise se faz, portanto, porque se compreende que o processo de pesquisa científica é dialético, uma vez que existe um contínuo ir-e-vir de um processo para outro – do nível teórico ao empírico e deste mais uma vez ao plano teórico que se enriquece sem cessar, exigindo do/a pesquisador/a a capacidade de ultrapassar a perspectiva imediata dos fenômenos e ir além das análises simplistas, a-históricas, pragmáticas e superficiais. É, portanto, a perspectiva de totalidade presente no método em Marx que permite apreender o real, considerando a análise dos contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais (MINAYO, 2001).

Destarte, faz-se necessário afirmar que a pesquisa, longe de ser uma produção estanque, e realizada em uma faixa temporal restrita, deve ser entendida sempre como uma análise processual e aproximativa, pressuposto que ratifica a abordagem de totalidade e histórico-dialética a que se propõe desenvolver. Tal entendimento estabelece a necessidade de

monitoramento e avaliação contínua, com o intuito de imprimir os ajustes e reorientações que façam valer os objetivos pretendidos nesse estudo.

3. METODOLOGIA

Inicialmente é oportuno identificar que essa pesquisa partirá de uma análise qualitativa da população em situação de rua que habita no centro da cidade do Natal/RN, especificamente, nos territórios dos bairros da Cidade Alta e Ribeira, que se localizam na zona leste da capital potiguar, analisando as principais violações na efetivação do direito à cidade no âmbito das políticas sociais da população em situação de rua.

Ou seja, elegeram-se como lócus da pesquisa os bairros citados, escolhidos para esse estudo por possuírem destaque na história da capital norterio-grandense (por serem os primeiros bairros da cidade) e se localizarem na região central, concentrando uma gama de serviços e equipamentos urbanos, a exemplo dos serviços destinados à população em situação de rua (a exemplo do Albergue Noturno) e grande parte do comércio local, um dos principais pilares econômicos do município.

Destarte, o levantamento bibliográfico realizado somou-se às produções acadêmicas (artigos de revistas, monografias, dissertações e teses), e fontes de documentação oriundas de pesquisas censitárias e governamentais e fontes de veículos de comunicação que tratam do tema exposto, bem como registros e materiais obtidos a partir do estágio não obrigatório realizado entre 2009 e 2010 na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), mais especificamente no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) –, como também do estágio obrigatório realizado entre 2010 e 2011 na antiga Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE). Soma-se ainda a essas experiências, a participação no somatório das disciplinas de pós-graduação que se relacionam à temática, que se encontra inserida na linha de pesquisa Sociabilidade, Serviço Social e Política Social, bem como a participação nas atividades realizadas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) ao longo do mestrado.

A exemplo disso, foram utilizados dados provenientes de trabalhos realizados pelo CRDH/UFRN, sobretudo no que se refere aos artigos publicados, aos registros realizados em atas e relatórios, materiais fotográficos e de audiovisual coletados em atividades desenvolvidas no âmbito do direito à cidade e ainda da observação participante e conversas

informais realizadas nos encontros formativos e reuniões realizados por esse Centro em parceria com o MNPR e o Projeto “Direitos Humanos e População em Situação de Rua: A vida pode mais?” e do Fórum Potiguar da População em Situação de Rua, ocorridos entre 2013 e 2014 na Ribeira. Conta-se, também, com o material produzido pela SEMTAS e o Centro Universitário da Faculdade de Ciências e Cultura e Extensão do RN (UNIFACEX), que juntas desenvolveram uma pesquisa sobre a temática em questão, intitulada “Moradores de rua em Natal: quem são e como vivem?”. Esse material possui importância nesse estudo na medida em que detém conhecimento prático sobre as questões que fazem referência à matéria em que se propõe discutir, e, unido ao arcabouço de leis relacionadas às políticas públicas municipais, contribuiu na qualidade da pesquisa, ao inserir aspectos vivenciados na realidade dos sujeitos sócio-históricos envolvidos no modelo de organização da cidade de Natal.

A partir do arcabouço teórico-metodológico do estudo em tela, pensou-se em ampliar a pesquisa a partir da coleta de dados realizada através de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que estão envolvidos direta ou indiretamente com a temática em questão, sendo eles:

- Representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos – M. D. ;
- Equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN (CRDH/UFRN) que compõem o Núcleo Gentileza, responsável pelo trabalho com a população em situação de rua do Rio Grande do Norte – F. C. e H. A.;
- Profissional do Projeto Consultório na Rua “Minha Rua, Minha Casa” – R. S.;
- Profissional do Albergue Noturno de Natal – A. C.;
- Profissional do Centro de Referência da População de Rua (CENTRO POP) – P. G.;
- Representante local do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) – V. T.;
- 3 pessoas em situação de rua indicada no locus da pesquisa (bairros do centro de Natal – Cidade Alta e Ribeira).

Essas últimas, foram escolhidas a partir não só da idade (pessoas acima de 18 anos), como a partir da presença no locus escolhido e por serem participantes das atividades formativo-políticas mencionadas, bem como usuários/as dos serviços do Albergue Noturno de Natal, com o esforço particular de garantir, dentre elas, a presença de uma mulher. Sobre esses últimos, faz-se necessário ressaltar a escolha de pseudônimos quando as falas se referirem as elencadas pela população em situação de rua entrevistada, como forma de resguardar sua privacidade. Para os/as demais, entre profissionais da área e representante do MNPR optou-se em expressar apenas as iniciais de seus nomes.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As “condições histórico-estruturais” de origem do fenômeno população em situação de rua indicam sua relação com o surgimento das sociedades pré-industriais da Europa Ocidental no final do século XVIII, imersas no contexto da chamada acumulação primitiva do capital. (SILVA, 2009, p. 96). Disso, com o advento de transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970, que têm como objetivo garantir a “restauração do poder de classe” (HARVEY, 2008 p. 50), que o fenômeno população em situação de rua vai se radicalizar, marcado por segmentos populacionais resultantes do processo de desemprego estrutural.

Nesse sentido, relaciona-se com a estrutura do próprio sistema econômico, uma vez que quanto “maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (Marx (1984, p. 209), do qual a população em situação de rua faz parte. Por outro lado, a análise desse movimento permite constatar que o elemento central característico desse grupo faz relação com a apropriação do território: sua localização prioritária nos grandes centros urbanos é dada, dentre outros fatores, pela intensa circulação de capital nessa área, que incide sobre maior possibilidade de trabalho.

No Brasil, essa população apresenta um perfil revelado por meio da Pesquisa Nacional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) realizada em 2008, que indica, primeiro um histórico de descaso com esse grupo populacional, dada a ausência de estudos anteriores.

Desse modo, de acordo com o MDS, ela representa 0,0061% do total de brasileiros/as. Para a Pesquisa Nacional, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua vivendo nas 71 cidades em que houve o estudo. Ela ainda é predominantemente masculina (82%), sendo que mais da metade (53%) possui entre 25 e 44 anos. A proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior (39,1% de pardos e 27,9% de negros); e, em relação à escolaridade, 74% sabe ler e escrever, 17,1% não sabe, sendo que a maioria não estuda (95%) e 3,8% afirma estar fazendo algum curso (BRASIL, 2008).

Em Natal, de acordo com a já mencionada Pesquisa, foram identificadas 223 pessoas em situação de rua. Desse total, segundo o levantamento, 83% são do sexo masculino. Mais da metade, 55%, é adulta com faixa etária entre 25 e 44 anos, analfabetas ou semianalfabetas. Em geral, estas pessoas trazem histórico de doença mental e algumas estão desde a infância

nas ruas. Outro estudo realizado em janeiro de 2010, pelo Centro Universitário da Faculdade de Ciências e Cultura e Extensão do RN (UNIFACEX) em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), identificou aproximadamente 2.200 pessoas em situação de rua. Esse, aponta ainda outras informações gerais, como o fato da maioria se concentrar na região central da cidade e ainda 70% oriundos/as da própria cidade.

Na esfera do trabalho, daqueles/as que já moraram em outra(s) cidade(s), 45,3% se deslocou em função da procura de oportunidades de trabalho e 70,9% exerce alguma atividade remunerada, sendo a maioria dos trabalhos realizados no âmbito da economia informal (apenas 1,9% afirmam estar trabalhando com carteira assinada), desmistificando o entendimento que tal população é avessa ao trabalho ou dependente de práticas de mendicância (BRASIL, 2008). Em relação às pessoas entrevistadas em Natal para pesquisa de mestrado, todas afirmam sobreviver da esfera informal: as principais atividades realizadas se relacionam a carregamento de carga; guardando e lavando carros; e panfleteiro/a.

Sendo a ausência de trabalho regular uma das principais determinações do fenômeno população em situação de rua, a falta moradia acaba por incidir, também, o acesso ao trabalho quando já está nessa condição, e representa um dos grandes empecilhos a realização desse direito. Por outro lado, a população em situação de rua acaba desprotegida da política de Previdência Social, que é associada ao trabalho, ficando geralmente a alternativa, para aquelas que não contribuem individualmente e que atendem ao perfil, do direito ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

O mesmo problema ocorre na esfera institucional, em que permanece, na prática, a negação no atendimento nos serviços de saúde, educação e assistência social, dada a ausência de comprovação do local de moradia, em que 88,5% afirmaram não ter acesso a qualquer benefício (BRASIL, 2008). Essas exigências formais acabam por significar mais um “prejuicio social que estigmatiza estas personas como “vagas” o “criminosas” dificultando su atención en los servicios (de salud, trabajo, etc.), la metodología inadecuada de los programas, entre otros factores” (FERRO, 2011), em que 19% revelam já terem sido proibidos de entrar em estabelecimentos públicos (BRASIL, 2008).

Também âmbito do direito à cidade, permanece ocorrendo, em uma frequência assustadora, operações violentas e segregadoras que parecem visar o extermínio dessa população. Segundo dados do CNDDH, localizado em Belo Horizonte (MG), denunciam que entre abril de 2011 e março de 2012, 165 pessoas foram assassinadas no Brasil, número que

se soma a trinta e cinco tentativas de homicídios, além de vários casos de lesão corporal (ASSUNÇÃO, 2014). Em Natal, M.D. indica:

A gente não tem precisão, mas algo em torno de trinta e dois casos [...], ano passado, entre o segundo semestre de 2012 e 2013. Então assim, que joga a questão pra necessidade de haver um olhar da sociedade, de haver um olhar dos órgãos públicos, de haver um olhar da Academia, pra um problema que tá imerso nesse problema mais geral da curva ascendente de homicídios né, os chamados crimes intencionais, crimes letais intencionais.

F. C. aponta então, 2014 como um ano “bastante desafiador, que a gente vai ter que tá preparado pra atuar contra as violações que vão vir com força nesse contexto da Copa [...]” em Natal, tendo em vista as denúncias de ações higienistas na Av. Prudente de Moraes, área da zona sul em que ocorrerão os jogos.

Na Pesquisa Nacional, aponta-se que a maioria dos que dorme na rua já sofreu violência (66,7%), grande parte dessa violência (46,3%) é praticada pelos próprios moradores de rua que travam lutas corporais e praticam roubos e furtos entre eles. Outro agente de violência é a própria corporação policial que responde por 27,9% desses atos.

Além disso, para alguns setores dessa população, a exemplo das mulheres, essas condições serão vividas de forma mais complexa no que tange ao acirramento dos prejuízos, riscos e violações de direitos, na medida em que a questão de gênero (como a racial e étnica, LGBT, geracional etc.) perpassa à situação de rua e vai indicar de que forma essas mulheres vão vivenciar esse fenômeno.

Foi justamente nesse cenário que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) passa a ser pensado enquanto movimento representativo, diante da revolta frente à chacina ocorrida em 19 de agosto de 2004 na Praça da Sé, centro de São Paulo (SP), em que sete pessoas em situação de rua foram barbaramente assassinadas, acontecimento capaz de dar visibilidade à questão e marco histórico na luta por direitos, em um universo em que 95,5% dessas pessoas não participam de qualquer movimento social ou atividade associativa e 61,6% afirma não participar do processo de eleição para representantes governamentais.

No que diz respeito às condições de saúde, a Pesquisa Nacional vai indicar que 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema relacionado, dentre os mais citados: hipertensão (10,1%), psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e visão/cegueira (4,6%). Afirmaram ainda que, quando doentes, procuram o hospital/emergência (43,8%) e em segundo lugar o posto de saúde (27,4%). Além disso, 47,1% dos/as entrevistados/as já

estiveram internados/as em hospitais ou clínicas, 16,7% têm trajetória em hospitais psiquiátricos e 28,1% já foram atendidos/as em casas de recuperação para dependentes químicos. Da totalidade que participou das pesquisas, 18,7% alega fazer uso de medicamentos obtidos em postos ou centros de saúde (49%), em hospitais (13%), por meio de doações (28%) ou compra (6%). Em relação às pessoas entrevistadas na pesquisa realizada para essa dissertação, também há uma demanda concreta de saúde, as quais: cirurgia de hérnia, pré-natal, odontologia e alergologia; além de histórico de hepatite, sífilis, depressão e eclampsia.

No campo da Saúde Mental, a IV Conferência Nacional de Saúde Mental ocorrida em 2010 marcou a iniciativa de inserir nesse campo a discussão sobre a população em situação de rua, ao inserir em suas formulações a defesa da garantia do acesso à rede de atendimento e apoiar a aplicação dos Consultórios de Rua (2009).

Sob essa perspectiva, inserido na Política de Equidade, existia até o ano de 2013 no município de Natal ações desenvolvidas pelo Consultório de Rua, que tem por objetivo trabalhar a política de álcool e drogas e, formado por equipes multiprofissionais, propiciando serviço integral ao coordenar o cuidado in loco da população em situação de rua, desenvolvendo também parcerias com equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS), dos territórios nos quais estejam sendo realizadas as abordagens. Suspenso por falta de pessoal, no período em que funcionou, os principais desafios apontados para realização das atividades referem-se principalmente à falta de insumos para a realização do trabalho e barreiras referentes à Intersetorialidade.

Na esfera da Assistência Social, a Pesquisa Nacional revela que dentre os benefícios recebidos, tem-se que 3,2% recebem aposentadoria; 2,3% recebem Bolsa Família e 1,3% recebe BPC. Como observado também na pesquisa realizada para esse trabalho, em que das pessoas entrevistadas apenas uma recebe benefício do Programa Bolsa Família, no valor de setenta reais. Em relação às iniciativas no campo da assistência voltadas à população em situação de rua, em 2008 foi conquistado que o MDS por meio da Portaria nº 276/2008 garantisse o registro dessas pessoas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO), sem exigir o comprovante de residência.

A partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009), foi estruturada a criação do Centro POP, inserido a partir de 2010 no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que tem, por objetivo o estímulo à organização, mobilização e

participação dos/as usuários, com oferta de serviços socioassistenciais. Consequência da realidade apresentada, das pessoas em situação de rua entrevistadas para a construção da presente pesquisa, duas delas não tinham conhecimento da existência dos serviços oferecidos pelo Centro, sendo que uma delas, a que tinha conhecimento, elegeu como grande crítica o fato de o programa estar fechado, que representa a sua importância para a garantia de acesso a serviços por essa população.

Para o outro serviço oferecido, a Pesquisa Nacional revela ainda que cerca de 30% dorme na rua há mais de cinco anos; 69,6% costuma dormir na rua; 22,1% costuma dormir em abrigos ou outras instituições e 8,3% alterna entre rua e instituições. Entre os/as que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua; o segundo principal motivo foi o conforto (45,2%). Entre aqueles/as que dormem na rua, 44,3% apontam a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormir em albergues. O segundo principal motivo é o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e outras drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade (BRASIL, 2008).

Em Natal, dentre as principais reclamações está a falta de acesso e participação na construção das regras de convivência, com a proibição do uso de celulares, ventiladores, etc. Outras reclamações estão na rigidez dos horários de funcionamento; a falta de cobertura e condições mínimas para a espera do início das atividades na unidade; uso de câmeras nos corredores, máscaras e luvas pelos profissionais, além da revista; e o mais polêmico, que vem sendo o uso de *bafômetro* para garantir o acesso ao serviço, sendo, aqueles flagrados com índices tidos como elevados para o consumo do álcool, punidos com 15 dias de suspensão. Ainda sobre o desligamento, muitos/as expuseram que o mesmo “desorganiza a vida” e expõe à violência urbana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi oportunizada a construção de uma investigação que se propôs, a partir de seus resultados, contribuir com uma perspectiva de análise que pensa a cidade contemporânea imersa em uma totalidade social, que se apresenta em paradigmas de organização diferenciados de ocupação do espaço urbano: seu acesso é mediado pelos ditames

mercadológicos assentados na propriedade privada, processo intensificado na égide do neoliberalismo e de crise sistêmica do capitalismo.

Para a população em situação de rua, dada a vinculação intrínseca desse à necessidade de manutenção do exército industrial de reserva, vai haver rebatimentos diretos. No âmbito das políticas sociais, sua ausência histórica e ineficácia fizeram com que se destacassem o trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs) e das instituições religiosas, caracterizadas por uma atuação pontualista e compensatória que desconsidera as reais demandas desse contingente populacional. Tal cenário, reflexo da falta de financiamento regular, não fornece capacidade concreta às demandas oriundas da situação de rua (SILVA, 2010).

Ainda nesse campo, fez-se fundamental conceber que *territorializar* não vem sendo sinônimo de universalizar, democratizar ou inibir formas de desigualdades ao assegurar direitos. Do contrário, embora essa dimensão seja extremamente relevante, não encontra elementos teórico-metodológicos, administrativos e institucionais que garantam sua efetivação, na perspectiva de superação do enfoque na dimensão local e quantitativa, que reduz a concepção de território à sua perspectiva funcional (PEREIRA, 2009): é nesse ponto que o território deve ser considerado enquanto novo elemento a ser ressaltado nas políticas sociais, objetivando servir como “catalisador de potências no processo de refundação do social”, na “busca de toda sociedade para a quebra de muros, os quais separam, discriminam e distanciam cidadãos de um mesmo lugar” (KOGA, 2003, p. 49).

Por outro lado, no que diz respeito ao processo organizativo dessa população estudada, embora venha crescendo importantes vitórias no campo das políticas voltadas a esse perfil, pode-se dizer que essa é recente e apresenta ainda muitas fragilidades, dada a heterogeneidade presente e a necessidade de atendimento dos interesses imediatos, aparentemente diferentes e “com limitada consciência da condição social”, se constitui como fatores que influenciam o limite de mobilização e conquistas no campo das políticas sociais (SILVA, 2010). Vale ressaltar que atualmente, uma das principais reivindicações do MNPR e demais entidades que pautam os direitos da população em situação de rua é a instituição do Decreto nº 7053 como Lei, como forma de garantir orçamento próprio, facilitando assim o comprometimento dos municípios com sua implantação.

A partir do exposto, considera-se que a realidade de Natal, em termos da oferta de políticas públicas voltadas para a população em situação é profundamente incapaz de

responder a complexidade da problemática, que expressa, na verdade, a “desproteção” do município com esse público. Ausente de uma política municipal, que possa pensá-la de forma abrangente e intersetorializada, vem sendo desenvolvidas apenas medidas pontuais e emergenciais, implementadas através dos poucos programas oferecidos e restritos à assistência social e saúde.

Por essa razão, as políticas sociais devem levar em consideração as desigualdades em cada localidade, passando a exigir, a partir disso, respostas complexas ao seu enfrentamento, o que permite “não somente [...] definir áreas prioritárias para execução de programas e projetos predefinidos” (KOGA, 2003, p. 33), mas principalmente pensar uma mudança na forma de gestão dessas políticas, que passe a compreender as necessidades sociais de forma mais abrangente, fomentando estratégias específicas nas respectivas localidades – e, a partir disso, estabelecer a relação com os processos sociais e políticas como de saúde, educação, moradia, renda, etc. (BORTOLOZZI; FARIA, 2009), processo em que é fundamental considerar como a população usuária da política produz seus espaços, em especial seus territórios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades*: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSUNÇÃO, D. *Mapa da violência 2014*: RN teve o maior crescimento de taxa de homicídios no Brasil. In: Portal No Ar, 2014. Disponível em: <<http://portalnoar.com/rn-registra-o-maior-crescimento-de-taxa-de-homicidios-brasil/>> Acesso em 05 jun. 2014.

BORTOLOZZI, A.; FARIA, R. *Espaço, Território e saúde*: Contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. In: Revista RAÍGA, n.17. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, 2008.

BRASIL. Resolução nº 109. *Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, 11 dez. 2009.

CFESS. *Dia do/a Assistente Social: em defesa da classe trabalhadora!* In: CFESS Manifesta, 2013. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLutaSite.pdf> Acesso em 2 jun. 2014.

CORRÊA, R. *Territorialidade e corporação: um exemplo*. In: SANTOS, Mi; SOUZA, M; SILVEIRA, M. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRO, M. *Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la política nacional para la población en situación de calle en Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2011.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

IASI, M. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
MARICATO, E. *A questão urbana no Brasil hoje*. In: *Jornal Brasil de Fato*, 2012. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/11213>> Acesso em 11 jan. 2014.

KOGA, D. *Medidas e cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I, T. 2.

MINAYO, M. *Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social*. In: MINAYO, M. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. *Cartilha para Formação Política: Conhecer Para Lutar*, 2010.

PEREIRA, T. *Política Nacional de Assistência Social e território: um estudo à luz de David Harvey*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

RICHARDSON, R. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, M. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. *A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance*, 2010. [s.l.:s.n.]

UNIFACEX; NATAL, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. *Moradores de rua em Natal: quem são e como vivem?* [s.l.:s.n.]